

# • Constituinte

GOVERNADORES

## Arraes reitera críticas ao projeto de Constituição

por Milton Wells do Recife

O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, reiterou na sexta-feira, no Recife, suas críticas em relação à nova Carta e afirmou que em nenhum dos discursos do presidente José Sarney e do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi abordado o que julga "o tema central do País".

Disse que o Brasil continua "sem uma direção econômica", não tendo sido ressaltados alguns temas importantes que não foram esgotados pela Constituinte, como a reforma agrária e o sistema financeiro.

Arraes disse que, no caso da reforma agrária, criou-se uma barreira que dificultará o avanço para a solução do problema da terra, com a questão financeira tendo ficado aquém daquilo que se desejava. "Em todo o caso, eu entendo que a Constituinte é um avanço para a institucionalização da democracia e com ela poderemos lutar por mudanças que melhorem a situação do País e da população", afirmou Arraes.

Convicto de que os constituintes votarão com soberania a fase final que antecede a promulgação da Constituição, Arraes fez reparos à manifestação do presidente José Sarney em rede nacional de rádio e televisão.

Sobre os números relativos ao agravamento do déficit público exibidos pelo presidente, ele disse que diverge das análises feitas pelo setor econômico do governo federal. "Eles têm o costume de jogar tudo no déficit público, o que não é correto."

## "Há propostas demagógicas, populistas e irrealistas"

por Milton Wells do Recife

O governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, disse na sexta-feira, no Recife, que, apesar de uma nova Carta incluir inegáveis avanços sociais, há propostas que considera "demagógicas, populistas e irrealistas". Sem querer entrar na análise do discurso do presidente José Sarney, ele disse que a União não terá recursos para pagar o aumento das aposentadorias, com o Finsocial devendo ficar desvirtuado de suas funções diante da ameaça de uma redução na merenda escolar.

Melo concentrou suas críticas na reforma tributária e disse que o maior favorecido será o Estado de São Paulo. afirmou que os estados pequenos sairão prejudicados no caso da cobrança de imposto sobre Circulação de Mercadorias



Miguel Arraes

Na opinião do governador, há uma transferência de recursos públicos para o setor privado através de subsídios "abertos ou escondidos", havendo ainda empresas improdutivas, o que torna muito difícil a conclusão sobre o déficit do governo.

"A fala do presidente constata uma situação dentro de uma dimensão maior que precisaria ser analisada com elementos que não se tem", disse o governador.

Arraes afirmou estar preocupado com a "busca de saídas" para enfrentar a grave situação do País, sendo importante impedir a recessão e o desemprego e o corte da política de contenção salarial.

Sobre a saída dos ministros da Previdência Social, da Ciência e Tecnologia e da Cultura, o governador foi sintético: "O PMDB teve presença maior no governo em seu começo, que vem sendo reduzido. O PMDB não está no governo: tem ministros no governo que pertencem ao PMDB".

(ICM) em operações interestaduais e explicou que o seu estado possui 12% do petróleo do País, cuja maior parte é enviada para São Paulo. Na opinião do governador, os estados esperavam por uma nova redistribuição de renda, o que não vai ocorrer. "Teremos um aumento de receitas no Rio Grande do Norte de 18%, enquanto o de São Paulo será muito maior", afirmou. "Mas, em razão do repasse aos estados de encargos que eram antes da União, sofreremos uma redução significativa deste ganho." O governador afirmou que reduziu de 90 mil para 75 mil o número de funcionários em seu estado, vinculando os salários à arrecadação. "Com isto a dependência dos salários em relação às receitas ficará sempre limitada a 65%, o que não é motivo de preocupação."

## Para Simon, o Congresso saiu fortalecido

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O governador gaúcho Pedro Simon procurou minimizar na sexta-feira as divergências entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães e evitou comentar com mais profundidade a saída dos ministros Renato Archer, Luis Henrique e Celso Furtado. Argumentando que recém-chegara de viagem ao exterior (ele ficou de terça a quinta-feira na Itália) e ainda com poucas informações sobre o quadro político nacional, Simon foi cauteloso nas declarações.

Mas em determinado momento da entrevista coletiva que foi concedida no Palácio Piratini, na sexta-feira, foi claro: "Acho que o estrategista do presidente não funcionou. Quem aconselhou o presidente a fazer aquele discurso provocou um gol contra o governo". Para o governador, a Constituinte saiu fortalecida do episódio. Simon voltou a dizer que "é preciso apoiar o presidente Sarney e garantir o

processo de transição. Se o presidente Sarney for mal, o Brasil irá mal e a democracia ficará mal. Temos que apoiar o presidente", disse. Indagado se seria possível esse apoio já que as relações de Sarney com o PMDB de Ulysses Guimarães estão cada vez mais distantes, o governador argumentou que a Aliança Democrática já se desfz e o próprio presidente tem dito que está governando sem apoio dos partidos que a constituíam.

Já o ministro da Justiça, Paulo Brossard, que participou de solenidade no Palácio do governo gaúcho, comentou a demissão dos três ministros de maneira diplomática: "Lamento e deploro estes acontecimentos, mas também não vamos transformar este assunto em catástrofe. Divergir é próprio da democracia".

O ministro da Justiça, que é do PMDB, foi indagado se também deixaria o governo, mas respondeu que este é um assunto para o presidente Sarney.

SEGUNDO TURNO

# → Governo tentará ampliar o acordo

por Edson Beú de Brasília

Além dos 21 pontos que já foram definidos, o governo vai manter, com fôlego redobrado, as negociações na Constituinte, para suprimir mais alguns itens do projeto, entre 15 e 20, segundo estima o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, para assegurar as condições que considera essenciais para a "governabilidade do País". Sexta-feira passada, após dar posse ao ministro Jader Barbalho na Previdência Social, o presidente José Sarney reuniu seu conselho político para "definir as táticas" que pretende adotar para alcançar esses objetivos, segundo relatou o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Sarney pediu aos governadores que renovem com força total o empenho, no sentido de convencer as suas respectivas bancadas da necessidade de aceitarem as ponderações feitas na noite de terça-feira, através de uma cadeia de rádio e televisão. Sant'An-

na disse que o presidente está convicto de que "a crise se exaurirá por si só" e que as portas para as negociações continuam abertas na Constituinte. O deputado contou que o presidente da República recomendou evitar todo tipo de problemas na concretização do acordo em torno dos 21 pontos já colocados na mesa de negociação. A mobilização para suprimir outros artigos do texto aprovado no primeiro turno será feita com vigor, mas com cautela, explicou o mesmo líder.

A reunião do conselho político durou uma hora e contou com a presença do próprio Carlos Sant'Anna, do líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, de oito ministros e dos governadores Helió Gueiros, do Pará, e José Aparecido, do Distrito Federal, que assistiram à solenidade de posse de Barbalho.

O porta-voz Carlos Henrique Santos disse que aqueles que acreditaram no impasse cometeram um engano. "Por baixo da turbulência, está havendo muita negociação", afirmou. Ele garantiu também que o epi-

sódio que culminou com a demissão de três ministros pemedebistas não afetou a relação entre o presidente da legenda, da Câmara dos Deputados e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e Sarney. "Isso não é uma briga de grêmio estudantil. Cada um tem consciência de seus deveres como homens públicos", frisou.

Santos valeu-se da própria agenda do deputado Ulysses Guimarães, que, nesta segunda-feira, despaça no Palácio do Planalto, assumindo mais uma vez a interinidade na Presidência da República, em razão da viagem de Sarney à Bolívia, para demonstrar que as negociações continuam. Pela manhã, Ulysses Guimarães recebe os representantes principais dos interesses do governo na Constituinte: Carlos Sant'Anna, Saldanha Derzi e o deputado José Lourenço, líder do PFL, que, sexta-feira, já previa: "Voltaremos a conversar segunda-feira". O porta-voz disse que Sarney não se abalou com as repercussões de seu pronunciamento.

que incluem pelo menos 4 pontos polêmicos: a supressão da anistia para as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado por pequenos e médios produtores rurais e micro e pequenos empresários, a anistia de juros e outros encargos para os devedores de impostos, a licença-paternidade e também a supressão da estabilidade para os servidores públicos.

Os acordos ainda não são oficiais porque o PMDB está examinando algumas das sugestões apresentadas. O partido decidiu não negociar a maioria dos pontos do governo para a extensão da exploração mineral a empresas de capital estrangeiro, para a supressão do direito de greve e a limitação da atuação dos sindicatos e também sobre o capítulo da Seguridade Social, um dos pontos que os pemedebistas consideram dos mais

## PMDB concorda com 20 supressões

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Como o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, estará exercendo interinamente a Presidência da República até a próxima quarta-feira pela manhã, os trabalhos da Assembleia devem-se concentrar, nesta semana, em negociações entre os líderes partidários. A votação, segundo as perspectivas mais otimistas, poderá ir até o capítulo sobre os Direitos Sociais, que inclui as relações trabalhistas.

Na última terça-feira, as bancadas do PFL, do PDS e do governo federal na Constituinte entregaram à liderança do PMDB uma lista com 62 pontos que desejam retirar da nova Carta.

Os pemedebistas aceitaram 20 destas propostas,

que incluem pelo menos 4 pontos polêmicos: a supressão da anistia para as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado por pequenos e médios produtores rurais e micro e pequenos empresários, a anistia de juros e outros encargos para os devedores de impostos, a licença-paternidade e também a supressão da estabilidade para os servidores públicos.

Os acordos ainda não são oficiais porque o PMDB está examinando algumas das sugestões apresentadas. O partido decidiu não negociar a maioria dos pontos do governo para a extensão da exploração mineral a empresas de capital estrangeiro, para a supressão do direito de greve e a limitação da atuação dos sindicatos e também sobre o capítulo da Seguridade Social, um dos pontos que os pemedebistas consideram dos mais

evoluídos dentro da nova Constituição.

O voto aos 16 anos, o tabelamento dos juros em 12% ao ano, a comercialização do sangue e seus derivados pelo setor privado e a preferência para os empresários de capital nacional na prestação de bens e serviços ao Estado são alguns dos temas polêmicos onde podem ser fechados acordos. Outros pontos, como o turno de revezamento de seis horas nos locais de funcionamento ininterrupto, devem ser decididos pelo voto.

A primeira reunião dos líderes desta semana será realizada às 13 horas na segunda-feira. Vão ser examinados nesse primeiro encontro os incisos do artigo 5º, um dos mais longos do projeto constitucional, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos e contém diversos temas polêmicos.

# Os pontos que estão em negociação

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Estas são, em síntese, as propostas encaminhadas pelo governo federal e pelas bancadas do PFL e PDS na Constituinte ao PMDB, incluindo as questões que os pemedebistas aceitaram negociar:

• O PFL e o PDS desejam ampliar a possibilidade de dissolução de quaisquer associações. O PMDB não aceita.

• O privilégio para a emissão de patentes a inventos fica estendido a quaisquer tipos de produto e não apenas aos industriais, pela proposta do PFL e dos PDS. O PMDB concorda, mas ainda está examinando a questão com especialistas.

• Traficantes de entorpecentes que atuarem em território nacional poderão ser extraditados, conforme a sugestão do PFL e PDS, que foi aceita pelo PMDB.

• O governo, o PFL e o PDS querem estender o poder de emitir mandado de prisão, que no texto constitucional está restrito às autoridades judiciárias. A questão está em exame dentro do PMDB.

• Há acordo sobre a proposta do governo de supri-

mir a ação de inconstitucionalidade. A concessão dos pemedebistas se dá porque no artigo 109, que trata das atribuições do Superior Tribunal Federal, estão delimitadas as condições para a emissão desse tipo de ação.

• O governo quer a supressão do artigo que institui a aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais da nova Constituição, o que não foi aceito pelo PMDB.

• A supressão da jornada máxima de seis horas de trabalho diário nos locais de funcionamento ininterrupto é outra proposta do governo que não foi aceita pelos pemedebistas. O partido negocia apenas a supressão do termo "máxima".

• O governo quer também a supressão do pagamento das horas extras em, no mínimo, 50% do valor da hora normal. O PMDB não aceitou.

• Já existe acordo em relação à licença-paternidade. O princípio deve ficar mantido na nova Constituição, mas a legislação ordinária vai regulamentar o prazo da licença.

• Governo, PFL e PDS desejam a supressão do prazo mínimo de 30 dias pa-

ra o aviso prévio, o que ainda está sendo examinado pelo PMDB.

• Estabelecer o prazo prescricional de ações trabalhistas de cinco anos para trabalhadores rurais e urbanos é outro tópico proposto pelo governo, PFL e PDS. Não foi aceito pelo PMDB.

• O PDS e o PFL apresentaram propostas para limitar a ação dos sindicatos, incluindo a possibilidade da demissão de candidatos a cargo de representação sindical. A questão está em estudo no PMDB.

• O voto para os maiores de 16 anos é uma questão aberta para os pemedebistas. Para o governo, a supressão deste artigo é um dos pontos mais importantes nas negociações do segundo turno.

• Existe acordo para a supressão do termo "transgressões eleitorais" para a impugnação de candidatos a cargos eletivos.

• Em relação à exploração de recursos minerais, o governo, o PDS e o PFL encaminharam uma série de propostas visando à abertura para empresas de capital estrangeiro nesta área. A grande maioria delas foi rejeitada pelo PMDB.

• O direito de greve é outro tema que mereceu várias propostas do governo e dos constituintes do PFL e PDS. A principal delas é a supressão do artigo que remete para a lei complementar a regulamentação desse direito, o que não foi aceito pelo PMDB. Outro ponto em que não há acordo é a supressão da organização sindical dos servidores públicos, reivindicada pelo governo.

• O PMDB aceita retirar do texto constitucional a moção de censura a ministros, proposta pela bancada do governo. Este instituto é considerado parlamentarista.

• O governo federal deseja a extinção do Conselho da República, um órgão que dividiria o poder do presidente da República, mas as propostas nesse sentido foram rejeitadas pelo PMDB.

• PFL e PDS encaminharam sugestões para suprimir o imposto sobre grandes fortunas e a incidência de impostos sobre sindicatos patronais. Ambas foram recusadas pela liderança pemedebista.

• Outro ponto que o PMDB não negocia é o monopólio da União sobre a exploração de petróleo e

gás natural, que o governo, o PFL e o PDS querem suprimir.

• A preferência para empresas brasileiras de capital nacional na prestação de bens e serviços ao Estado é também uma questão polêmica. O PFL e o PDS querem a supressão total do artigo. O PMDB só aceita, remeter o assunto para a legislação ordinária.

• Há acordo para a supressão do artigo que concede aos estados e ao Distrito Federal 20% da arrecadação de novos impostos criados pela União. O PMDB aceitou negociar esse tópico porque a legislação complementar vai definir a percentagem dos novos impostos que irá para os estados. E ela pode, inclusive, ser superior à taxa de 20%.

• Outro tema em que pode haver acordo é no tabelamento de juros em 12% ao ano. Governo, PDS e PFL querem a supressão total dessa questão; o PMDB aceita remeter a taxa do tabelamento para a lei ordinária.

• A comercialização do sangue e seus derivados pelo setor privado é outra proposta do PFL e PDS que está em exame pelos pemedebistas.

• Já estão praticamente fechados acordos para retirar da nova Constituição a anistia para as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado por micros e pequenos empresários e pequenos e médios produtores rurais e a anistia de juros e outros encargos para os devedores de impostos municipais, estaduais e federais.

• Também existe acordo para suprimir a estabilidade aos servidores públicos após cinco anos de trabalho.

• A seguridade social é um dos pontos mais polêmicos do texto da nova Constituição. O PMDB aceita negociar apenas alguns tópicos do que já foi aprovado, como a supressão do artigo que possibilita aos aposentados optarem por carreiras já extintas na nova Legislação e a incidência de quaisquer proventos do trabalhador sobre a percentagem de sua contribuição à previdência.

Não existe acordo, por exemplo, em relação ao artigo que transfere os recursos do PIS/Pasep para o seguro-desemprego, que governo, PFL e PDS querem retirar.